

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-COREAU

Ao vigésimo terceiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte, ocorreu a vigésima quarta Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Coreau. Estiveram reunidos na sala virtual da plataforma CiscoWebex, 22 instituições representadas pelos membros: Benedito Francisco Moreira Lourenço, e suplente Francisca Araújo Machado (Fundação CIS), Marcos Antônio Monteiro Freitas (EMATERCE), Márcia Soares Caldas, e seu suplente Carlos Magno Feijó Campelo (SRH), a suplente Amanda Nunes Diógenes (ICMBio), Roberto Chaves Ferreira (Prefeitura Municipal de Granja), Cristiane dos Santos Silva Coutinho e Humberto Sucupira (Prefeitura Municipal de Ibiapina), Francisco Eudes Tabosa (Prefeitura de Martinópolis), Raul de Araújo Lima Neto (Câmara Municipal de Senador Sá), João Paulo de Lima Almeida Ferreira da (COOAF), Pedro Ronaldo Lira de Oliveira (STR de Camocim) Vilma Maria Portela (STR de Ibiapina) José Neuciano Pinheiro de Oliveira (IFCE – Acaraú), Flávio Pereira de Sousa (STR de Cruz), Francisco Inácio (titular) e Rita suplente - STR de Mucambo; Mario Farias Júnior, e suplente Emmanuele Rocha dos Santos (CETRA), a suplente Jarina Aragão da Silva (Associação dos Pequenos Produtores da Lagoa dos Bitonhos), Benedito Janes (Associação Volta dos Almeidas), Yara Maria (Associação Comunitária de Cajueirinho) Antônio Arnaldo Rodrigues da Silva (Associação Comunitária Capitão Simão Félix da Cunha de Pau Ferro), Carlos Montiny Nogueira Isaías Filho (CAGECE), Ana Paula Lima do Vale (SISAR), Osvan Menezes de Queiroz (FUNCEME). Representando a COGERH/Sobral estiveram presentes: Bartolomeu (Gerente da COGERH/Sobral) Hiago Gomes, Bartolomeu Almeida, Emanuel Oliveira, Kamyille Prado, Adriana Gondim, Dayane Andrade (Núcleo de Gestão) e o estagiário Eduardo Rodrigues. Também esteve presente Rosna Garjuli, do Conselho de Altos Estudos. O Sr. Marcos Antônio justificou a falta do Kleber e do Humberto afirmando que são candidatos a vereador, e que não estão participando das reuniões porque há um impedimento eleitoral. Kamyille esclareceu que foi enviado para o e-mail do Sr. Kleber de que há o entendimento da assessoria jurídica da SRH, informando que não há impedimento de participação aos candidatos. Esclareceu também que Mariados Remédios, e Hugo dos Remédios (Associação Comunitária Alto dos Ximenes) informaram que não possuem acesso a internet, não podendo participar das reuniões. Foi verificado o quórum da reunião de 73,3%. O presidente do CBH Coreau, Benedito Lourenço iniciou a reunião agradecendo a presença dos titulares e suplentes, e agradeceu Hiago e Rosana pela colaboração. Em seguida apresentou a pauta da reunião, onde se verificou o quórum de ata, a proposta dos eventos do pacto pelo saneamento com a Dra. Rosana Garjuli; discutir as orientações para o uso dos recursos financeiros do procomitê, discutir uma exigência da ENEL quanto a autorização dos órgãos ambientais para ampliação da rede elétrica, tendo ainda os informes que foram deixados a posterior e por último o resultado de alocação dos açudes. Benedito fez uma consulta ao plenário a respeito da aprovação da ata, que foi mandada para todos os membros de forma digital. Não houve manifestação contrária a aprovação e a ata foi aprovada por unanimidade. Benedito passou a palavra

para Rosana, que iniciou sua apresentação agradecendo pela oportunidade. Rosana disse que começou sua carreira nos recursos hídricos na COGERH, no primeiro concurso, e tinha a função de coordenar a equipe de instalação dos comitês de apoio. Lembrou que a primeira equipe era composta por João Lúcio, Hugo, Ubirajara, e que tiveram o prazer de rodar o Ceará todo na formação dos comitês. Trabalhou também na Agência Nacional de Águas. Rosana disse que a questão da alocação negociada de águas que começou aqui, foi levada para muitos outros estados, onde mesmo não sendo semiárido tem conflito pelo uso de água. Ela está agora no Conselho de Autos Estudos desde 2007/2008 trabalhando no estabelecimento de pactos para as políticas públicas. Rosana lembrou que o primeiro foi o pacto das águas, onde os comitês tiveram papel fundamental na articulação, mobilização, e agora pelo Pacto pelo Saneamento Básico. O lançamento dos Seminários Regionais foi no dia dezoito. Como alguns membros do comitê participaram, Rosana focou mais no seminário que irá ser realizado na bacia do Coreaú, e que temos o comitê como principal mobilizador dessa reunião, divulgador do processo de discussão do pacto no nível da bacia hidrográfica. Rosana esclareceu o processo dos pactos. O primeiro foi o pacto das águas em dois mil e sete até dois mil e nove, captado pelo ex-deputado Eudoro Santana, que foi quem estruturou o pacto, onde foi concebida a metodologia desses pactos. O segundo pacto foi o de enfrentamento as drogas, chamado Pacto pela Vida. O terceiro pacto foi o de convivência com o semiárido. E o quarto foi mais focado na região do Pecém, São Gonçalo e Caucaia, sobre o impacto que esses municípios têm por conta do complexo industrial e portuário do Pecém. Rosana informou que em meados do ano passado foi decidido na assembleia que a gente deveria trabalhar o pacto pelo saneamento básico antes da pandemia, e antes das alterações do marco regulatório, já foi identificado como uma política pública da maior importância. Rosana explicou que o objetivo é promover integração institucional entre as múltiplas instituições e entidades que atuam na área de saneamento para estabelecer estratégias para a universalização; estabelecer compromisso e metas. O pacto só existe quando nós conseguimos que as instituições responsáveis assumam compromissos com metas e recursos, e também que a própria sociedade entenda que isso é uma prioridade e que ela tem necessidade de se posicionar, de cobrar dos gestores públicos que isso seja uma prioridade nos investimentos que são curtos, disse Rosana. Rosana observou que a pandemia tem demonstrado o quanto o saneamento básico é fundamental para a qualidade de vida das populações. Rosana explicou que em todos os pactos são montados uma coordenação técnica com instituições que tem responsabilidade direta naquela política pública. Em relação ao pacto pelo saneamento foi montada uma coordenação técnica com quinze instituições, e todas as pessoas que estão na coordenação foram indicadas pelos dirigentes dos órgãos. No slide, Rosana indicou que são cinco secretarias de estado, órgãos estaduais e federais, instituições da sociedade civil. Foram definidos cinco eixos para serem trabalhados: abastecimento, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos, drenagem urbana. A coordenação técnica decidiu que deveríamos ter também mais dois eixos de trabalho: saneamento básico rural e a educação ambiental para o saneamento. Para trabalhar esses eixos temáticos foram formados grupos de trabalho. Rosana informou que temos quase sessenta instituições nesses grupos de trabalho. Esses grupos estão elaborando um documento que é um diagnóstico

do cenário atual do saneamento básico no estado e é isso que vai ser apresentado nos seminários. Rosana também informou que mesmo com a pandemia, estão trabalhando intensamente desde março na coleta de dados de informações. Ela explicou que isso não é simples, pois cada vez que a gente precisa juntar informações e dados não existe sistemas de informação que tenham todas essas informações. Muitos órgãos no primeiro momento do isolamento não tiveram acesso a essas informações, mas houve uma decisão da coordenação de que esses seminários deveriam ser feitos mesmo nesse período. O previsto era pra ser realizado em julho ou início de agosto, preferencialmente antes das eleições. Mas como a pandemia atrapalhou esses processos, os seminários serão realizados entre setembro e outubro. Rosana explicou que os seminários serão por bacia hidrográfica, pela importância que a bacia hidrográfica tem com o próprio saneamento, tanto na disponibilidade hídrica, como por conta de ter os comitês de bacia que é um fórum de extrema relevância para a mobilização na região e completou que ele defende muito isso na coordenação técnica. Rosana citou o interesse que os comitês estão tendo, promovendo reuniões, seminários e até demandando ao governador em ter uma participação maior na política de saneamento. Com o novo marco regulatório isso ficou mais evidente ainda tendo a Agência Nacional de Águas sendo de saneamento. Todos os pactos têm essas etapas, afirmou Rosana. Para um maior entendimento ela apresentou essas etapas num esquema apresentado numa figura. A primeira etapa é construir um diagnóstico do cenário atual do saneamento e seus desafios, e é nessa etapa que estamos ainda. A segunda etapa que parte da definição de quais são os grandes gargalos, problemas e desafios. Temos que pensar, discutir, conhecer quais seriam as possíveis estratégias, programas, projetos para suprir os problemas, reforçaram ela. E a questão de recursos e financiamentos. A segunda etapa será provavelmente no primeiro semestre do próximo ano e a partir disso nós estaríamos discutindo com os novos gestores, inclusive municipais, quais seriam os compromissos, as metas possíveis com relação a esses programas e projetos. Portanto esse processo todo provavelmente nós vamos até meados do próximo ano, mas talvez se prolongue por mais dois meses por conta do nosso atraso. Foi feita uma versão preliminar do diagnóstico e essa descida nas regiões é para discutir com vocês como esses problemas que foram identificados no estado como um todo, como eles ocorrem na bacia do Coreaú e principalmente nos municípios. Rosana esclareceu que não é uma reunião só do comitê e que estão considerando o comitê como o irradiador dessa mobilização, para todos os municípios da bacia e para todas as entidades que vocês entendem que são importantes participarem desse processo. Rosana lembrou de sensibilizar os gestores municipais atuais e os futuros candidatos e que é importante que os candidatos inclusive a vereadores sobre essa problemática, que é importante eles incluam no programa de governo deles essa prioridade, e a sociedade cobrar. Rosana apontou que a questão do saneamento rural sempre foi renegada, e quase não aparece na própria legislação, e na nova nem se toca nesse assunto. O novo marco regulatório está criando um grande problema para o funcionamento do SISAR e isso vai ser colocado no seminário. O seminário do Coreaú é dia oito de outubro, e dia primeiro começam as inscrições do seminário e que a Kamyille e o pessoal da Cogerh vai receber logo esse link para inscrição e passar para todos os membros do comitê. Vai ser pela plataforma zoom, e as inscrições vão até a

véspera do seminário para se tiver um controle. Rosana chamou a atenção que quando se fizer a inscrição vai aparecer uma imagem antes do final com o link da sala e é importante salvar essa imagem. Junto com a inscrição serão disponibilizados três documentos. Um documento iniciando o diálogo. É uma publicação que tem todas as etapas do pacto. Um caderno específico para a bacia do Coreaú que trás muitas informações do que já foi realizado em termos de saneamento básico nas bacias. A terceira será um link de acesso para um formulário eletrônico com as contribuições dos participantes para o seminário. Serão apresentados grandes desafios e esse formulário está perguntando como esses desafios em relação a esgoto, água, resíduos sólidos, como eles se apresentam no seu município e comunidade. Como o comitê visualiza isso e quem eles acham que deveriam responder, porque todas essas contribuições serão anexadas ao documento do cenário que está sendo elaborado, para ter uma visão mais da realidade local e regional. Por fim, Rosana disponibilizou informações para contato. Benedito agradeceu a Rosana em nome do CBH Coreaú e disse esperar que o Comitê esteja envolvido integralmente no dia oito para se produzir um trabalho visual, um resultado com a cara da nossa bacia do Coreaú. Em seguida, Benedito abriu o espaço para questionamentos, e iniciou questionando se não é um desafio fazer um pacto num final de governo municipal, onde alguns poderão ter divisões políticas. Nós temos uma tradição no Brasil de não se republicanos, ou seja, quando se assume uma prefeitura se desmancha o que o outro fez. A gente não está produzindo energia que depois fique fragilizada por conta do processo eleitoral? Outra questão do Bendito foi para refletir a efetivação do marco regulatório, que não tem nada de novo, e na realidade não deve nem ser chamado de novo, porque foi uma alteração numa legislação que já existe. O que eles fizeram foi tirar aquilo que tinha de interessante e botaram umas coisas para favorecer ao mercado, disse Benedito. Em seguida, a Sra. Francisca (Fundação CIS) iniciou sua fala dizendo que apesar de ser suplente, acompanha bastante as atividades de campo com a equipe executiva da Cogehrh, das reuniões de comissões gestoras. Ela disse está preocupada com o diagnóstico feito a distância se tem a dificuldade de retratar a realidade. Francisca disse que alguns municípios não tem interesse em mostrar suas fragilidades para o estado, até para poder aparecer bonito na foto. Ela perguntou de que forma o diagnóstico para o pacto pelo saneamento contempla as comunidades rurais? E informou que a princípio só na bacia do Coreaú temos muitas comunidades que não tem acesso a água tratada, que não tem saneamento básico nem o mínimo do mínimo, e isso é uma vergonha em pleno século vinte e um, além das mulheres saírem para buscar água a distância e ainda é água que não é tratada. Francisca esclareceu que sua preocupação com o pacto é como ser humano e não como político. Rosana respondeu ao Benedito que nessa etapa ninguém está estabelecendo compromisso nenhum, é uma etapa de diagnóstico para identificação exatamente dos grandes gargalos. A questão de que estamos inclusive fazendo todo o esforço pelo menos virtual é exatamente para que isso não passe batido em relação a questão das próprias plataformas desses futuros gestores, seja se vão renovar, seja se vai ter continuidade, mas chamar atenção de que esse assunto é essencial, e de realmente sensibilizar a população para fazer essa cobrança. Em depoimento pessoal Rosana disse que foi por muitos anos assessores pessoal do ex-deputado Eudoro Santana, e era um problema, e trabalhávamos intensamente nas áreas rurais, nas áreas de

reforma agrária, desenvolvendo inclusive estratégias específicas para convivência com o semiárido, e que quando chegava o período eleitoral a demanda que vinha da população não era em relação a essas questões, muitas vezes era em relação ao favor político, muitas vezes não eram ações que não fossem prioritárias naquelas comunidades. Então esse trabalho de sensibilização da sociedade ele também é importante, não é só dos gestores. Porque o gestor ele quer é voto, ele faz o que estão demandando dele. Antes de terminar sua resposta a internet de Rosana caiu. Kamyille ligou para Rosana e recomendou que Benedito desse continuidade Benedito chamou Hiago, para ganhar tempo. Hiago iniciou sua fala se apresentando como coordenador do núcleo operacional da Cogerh da gerência de Sobral, engenheiro civil e tem mestrado em Geotécnica. Hiago disse que o assunto a ser tratado por ele na reunião e trata do processo de alocação que foi encerrado no mês de agosto e falar um pouco do acompanhamento de operação dos açudes até o fim de agosto. Atualmente a situação hídrica da bacia do Coreaú está com 85,36 por cento da capacidade de água em seus reservatórios, equivalente a 257,4 milhões de metros cúbicos, aproximadamente. Hiago disse que é uma bacia privilegiada normalmente com boas chuvas, a quadra invernal também foi bem favorável. Dos dez açudes, oito sangraram. Os outros dois que não sangraram conseguiram bons aportes, então isso se reflete nesse volume bem proeminente; Hiago também destacou a situação do estado do Ceará, que isso será uma constante de seca e convivência com a seca e com açudes ainda com capacidades abaixo das que gostaríamos. Então isso liga o alerta para termos em mente o uso consciente da água, de não haver desperdícios. Hiago falou que os dois açudes que não sangraram foram o Açude Diamante lá em Coreaú que chegou a mais de setenta por cento, e o Açude Martinópolis, também conhecido como açude Jardim que chegou a mais de noventa por cento, então foram bons aportes, disse Hiago. A seguir ele falou sobre a alocação negociada. Devido a questão da pandemia e da nova realidade de reuniões virtuais, foi preciso definir algumas alterações também no processo de alocação. Segundo definido pelo próprio comitê seria tentado fazer as alocações de forma virtual para aqueles açudes onde havia a necessidade de alocação, ou seja, de disputa por água. Nos açudes onde as demandas são referentes apenas a abastecimento humano, sem liberação de água para o rio o riacho normalmente nós fazemos reuniões informativas. Nesse ano foi adotada a metodologia de se aplicar notas técnicas informativas, que foram disponibilizadas no site do CBH e estão disponíveis para toda a população, e também foram divulgados aos usuários via whatsapp. No caso da bacia do Coreaú as reuniões virtuais de alocação foram realizadas para os açudes Angicos, Gangorra, Itaúna, Martinópolis e Tucunduba. Dos dez açudes, cinco foram tentadas fazer reuniões virtuais. Foi feito todo o processo de mobilização pelo Núcleo de Gestão, foram criados grupos de whatsapp com os usuários de cada um dos açudes, para convocação e participação nas reuniões. Nós tivemos boas participações mas é importante lembrar que o comitê definiu que para essas reuniões fossem consideradas deliberativas, elas teriam que atingir um quórum mínimo referente a média dos últimos três anos, ou seja, os usuários no momento da reunião poderiam votar em qual vazão gostariam que fosse trabalhado o açude durante o segundo semestre desse ano, com base nos parâmetros estabelecidos pelo comitê. Na bacia do Coreaú o único açude que possuiu uma reunião deliberativa foi o açude Tucunduba, com o pessoal

da comissão gestora de lá. Nos outros quatro açudes que tiveram reunião virtual não foi atingido o quórum, então essas reuniões passaram de deliberativas para informativas. A vazão que ficou definida foi definida pelo comitê, da chamada vazão provisória. Hiago esclareceu que para o acompanhamento se pega o final de cada mês. Ele destacou primeiro o açude Premuoca e Trapiá III. Estão tendo muita dificuldade com esses dois açudes em manter o acompanhamento referente ao nível do açude e a leitura da régua, porque não se possui leituristas. Já tentaram articulações com prefeituras e com o pessoal da região para que sejam repassadas essas leituras para a Cogerh para que se possa manter o acompanhamento, mas não tem sido fácil. Nas colunas da tabela apresentada por Hiago, o simulado foi o que foi apresentado nas reuniões de alocação e o realizado é como realmente aconteceu. Na bacia do Coreaú, dos oito açudes restantes, temos dois açudes com cotas negativas de um centímetro no Martinópolis e dois centímetros no Itaúna, mas que não chegam a preocupar, justamente pela proporção. Por fim, Hiago pediu ao Benedito, Francisca e Roberto Chaves que pudessem fornecer um pouco da perspectiva que tiveram na participação dessas reuniões virtuais. Hiago avaliou que se foi avançado com a metodologia das apresentações, tentando deixar mais didático. Antes de passar a palavra, Benedito fez uma ressalva de elogiar e agradecer o esforço do trabalho que foi feito para que tivéssemos o resultado mesmo como desafio de não poder ter encontros presenciais. A secretaria executiva fez um papel importante em tentar interagir com as pessoas, com os grupos e com as comunidades. Elogiou a Comissão Gestora de Tucunduba, e agradeceu ao Jailson (STR Senador Sá) pelo trabalho que tem feito de suporte e mobilização. Benedito passou a palavra para Carlos Campelo, Secretaria dos Recursos Hídricos. Campelo informou sobre o aporte da bacia do Coreaú. A Secretaria dos Recursos Hídricos emitiu um novo Ato Declaratório de escassez hídrica, onde excluiu as bacias do Coreaú e Acaraú, Litoral e da Serra da Ibiapaba da situação de escassez hídrica, e isso tem repercussões na tarifa de contingência. Sobre o Tucunduba, Sr. Roberto Chaves disse que está funcionando o sistema de comunicação daquele fio d'água que para chegar até lá no pesqueiro, segundo o seu Manoel, leva de uns quinze a vinte dias. Mas chegou e temos água no pesqueiro. Roberto apontou para o aprofundamento da calha dos rios, que segundo ele é importante o desassoreamento desse fio d'água, que vai aumentar a quantidade de peixes e diminuir as solturas. Sobre o açude Gangorra, Roberto reforçou a observação do que ocasionou a qualidade da água em estado crítico, depois daquele amarelo vem o vermelho. Benedito falou que se precisava tratar do encaminhamento do Gangorra na reunião. Kamyille informou que a Rosana ficou sem internet, e pediu desculpas e agradeceu pela oportunidade, e ainda pediu para responder para Francisca que um dos objetivos é fazer o diagnóstico mais próximo a realidade. Pediu também que o comitê mobilizassem também as demais instituições que compõe a bacia do Coreaú, inclusive municípios que não estão dentro do comitê. Kamyille apresentou uma tabela mostrando como foi a participação nas reuniões virtuais. As duas únicas reuniões que foram deliberativas foram Gangorra e Tucunduba. Para ser deliberativa, a reunião do açude Angicos precisava de dezenove pessoas, só tiveram apenas seis. Do Gangorra necessitava ter nove pessoas, tivemos doze presentes. Na reunião do Martinópolis, onze pessoas mas só tivemos quatro presentes. Açude Itaúna a

média era de vinte e duas pessoas, só conseguimos ter seis presentes. No caso da reunião do Tucunduba que foi feita pela comissão gestora foi utilizado o quórum da comissão que é de trinta por cento, mas obtiveram setenta e cinco por cento de presença. Kamyille disse que a região tem muita dificuldade com o acesso à internet. A maior parte dos açudes está inserido em áreas rurais. Kamyille apontou o grupo de estudos de educação ambiental criado após a reunião, que já estão trabalhando em propostas para serem trabalhadas nas comunidades no entorno do açude. Benedito disse que o encaminhamento a respeito do açude Gangorra, estará sendo encaminhado hoje, e abriu a fala para Adriana Gondin. Adriana ressaltou que na próxima reunião estão convidados os representantes da Comissão Gestora do Tucunduba. Em seguida passou a fala pra Hiago que fez um breve comentário sobre a situação do Gangorra que não pôde participar da reunião mas na campanha de coleta igualdade de água, em junho, deu hipertrófico, que é o vermelhinho, situação que fica mais complicada o tratamento. Hiago disse que após o encaminhamento ele entrou em contato com gerência de desenvolvimento operacional da Cogeh que já está informada mas acha interessante encaminhar de forma oficial para que seja feito um estudo mais detalhado. Kamyille indicou a presença do gerente Bartolomeu que poderá contribuir com as questões sobre o Gangorra e a Enel, já que Hiago teve que se ausentar para um outro compromisso. O próximo o ponto da pauta foi sobre o procomitê. Kamyille informou que o cbh Coreaú cumpriu as metas. A Sra. Márcia falou que o procomitê é um programa de fortalecimento dos comitês, com duração de cinco anos. A internet de Márcia não favoreceu e Kamyille deu continuidade apresentando o mapa de cumprimento das metas. Todos os comitês do estado do Ceará ficaram entre oitenta e sete por cento até cem por cento. O CBH Coreaú nas metas de dois mil e dezenove atingiu noventa e sete vírgula cinco por cento das metas. Atingida essas metas o comitê está apto a receber o valor total do percentual. A meta foi atingida mas tivemos muitas dificuldades com as capacitações dos novos membros, que tinham que ser em dezesseis horas. Com a assinatura do contrato do procomitê, o governo do estado recebe a primeira parcela de quinhentos mil reais que é dividido para todos os comitês do estado, e após a entrega das metas de dois mil e dezenove que foram avaliadas o comitê já irá receber a segunda parcela. A primeira parcela já está numa conta da SRH, específica para esse fim. Kamyille disse que na reunião com os presidentes de CBH, a Márcia apresentou os critérios para utilizar o recurso do procomitê. Kamyille ressaltou que é importante discutir o que ainda temos para fazer no ano de dois mil e vinte, que são muitas atividades para realizar que irá exigir um esforço muito grande por parte de todas as instituições, pois foi uma decisão do comitê aderir ao procomitê e não depende diretamente da Secretaria Executiva. Márcia falou que é um contrato feito com a ANA e a SRH, porque os Comitês não são CNPJ. A SRH abriu uma conta no Banco do Brasil específica para esse dinheiro. A primeira parcela já está na SRH os quinhentos mil, desde março de dois mil e vinte e esse dinheiro já rendeu cerca de mil reais. E agora mandamos o primeiro ano de certificação, já assinamos o contrato de dois mil e dezenove, dois mil e vinte já estamos fazendo o primeiro ano de certificação, onde temos que cumprir metas. As metas são relativas ao ano de dois mil e dezenove. Márcia explicou que essas metas são o funcionamento dos comitês, as atas, o regimento, as resoluções, as moções.

Tudo isso tinha que ser colocado no portal DOC que é o que alimenta o sistema da ANA. Se tinha capacitação dos novos membros, se tinha site do Comitê, então a gente atingiu essas metas. Numa primeira rodada foi noventa por cento da meta e numa segunda rodada atingimos noventa e seis por cento que representa cem por cento da meta. Então recebemos os quinhentos mil pela assinatura do contrato e agora vamos receber mais quinhentos mil por conta do primeiro ano de certificação. Márcia disse que esse dinheiro deve estar chegando em outubro na SRH, e mostrou na tabela que se somar e dividir um milhão por doze comitês da oitenta e três mil, trezentos e trinta e três. Na resolução mil cento e noventa, da ANA, artigo segundo diz que os recursos aportados pela ANA no âmbito do Procomitê são de caráter complementar e não visa substituir recursos orçamentários destinados pelos Estados. Márcia disse que outra recomendação é que toda deliberação de gasto deve considerar o período de licitação para atendimento do pedido do comitê, que leva de quatro à seis meses, esclareceu Márcia. Ela esclareceu ainda que o Conselho de Recursos Hídricos tem um papel importante, que está no contrário inclusive, um papel de interveniente para acompanhar o cumprimento das metas e certificar pro efeito de transferência. Diz também a resolução mil quinhentos e noventa e cinco que o comitê e o conselho de recursos hídricos são os únicos beneficiados do contrato, ou seja, se quiserem gastar uma parte desse recursos capacitando o conselho também é possível. Para que a proposta de gasto seja válida é necessário anuência do colegiado comprovado por resolução do comitê. Márcia explicou que é resolução porque a ata ainda precisa da minuta para aprovação na próxima reunião, já a resolução assim que acontece a reunião o Comitê já aprova e o Benedito assina, e já tem a validade. Márcia informou que o prazo de validade para entregar essas prioridades de uso é trinta de novembro. Outra coisa importante esclarecido antes pela Clara é que não podem licitar aquilo que já está licitado. Márcia lembrou que toda licitação irá obedecer ao que está na lei de vinte e oito de junho de mil novecentos e noventa e três, que institui as normas e licitações e contratos da administração pública. Os gastos com o Procomitê devem ser focados no alcance das metas pactuadas a cada ano, pois é o alcance dessas metas que dará a certificação para poder receber os quinhentos mil a cada ano. Márcia fez a observação de que quando foi feito na oficina do procomitê, em setembro de dois mil e dezenove todos os comitês colocaram que no ano dois que é esse ano de dois mil e vinte, que será certificado em dois mil e vinte e um, que iriam apresentar um plano de capacitação. Só que depois foi observado que é obrigatório apresentar isso, está na resolução mil quinhentos e noventa e cinco da ANA. Então teremos que olhar bem no plano de capacitação e no plano de comunicação, apontou Márcia. Ela informou que a GERHI, gerência onde está a Clara, para atendê-la ao projeto fez um esforço de fazer um plano de capacitação para os comitês. Então temos que olhar esse plano e cada Comitê olhar o que quer colocar para si. Márcia disse que a ANA não tem um padrão de páginas, o plano de capacitação tem que ser apresentado. Com relação ao plano de comunicação já tem uma minuta, um esforço da Dona Inês, jornalista da SRH, junto com outros jornalistas do sistema, um Plano de comunicação para o sistema, o SISGE, também é um plano que os comitês podem olhar. Sobre o gasto dos oitenta e três mil. Márcia recomendou ao Comitê um grupo de trabalho, um pequeno termo de referência, para se chegar na SRH com o termo de referência, quais são as

especificações técnicas daquilo que o comitê quer, quais os orçamentos para se poder licitar a partir do que for deliberado em reunião. Tem que ter a atividade proposta, descrição técnica e valor orçado. Benedito disse que o dinheiro do procomitê tem uma função importante de fazer com que o comitê promova desafios de fazer mais atividades, de ser mais enérgico, e não de ficar só, como costuma ele dizer, com a organização só com a velinha acesa. Bendito completou que é importante levar em conta que em dois mil e vinte e um o Comitê terá outra direção. Benedito disse que antes do Procomitê, o comitê já vinha discutindo o plano de comunicação. Isso precisa ser negociado com a Cogerh se isso vai ser efetivado em dois mil e vinte e um. Benedito informou que o CBH Coreaú está fazendo nascer um projeto que trabalha a questão hidro ambiental, que é o projeto produtores de água, em um microbacia do afluente do Coreaú, que é o rio Itacolomy entre as serras Dom Simão e São Joaquim, na fronteira do município e Granja com Viçosa do Ceará. Esse projeto já está com um ano de elaboração. Benedito disse que já escolheram um beneficiário, que estão identificados por CPF, propriedade e definição de área e sabemos que o ponto focal é no município de Granja. Então pode ser uma ação que o procomitê pode está fortalecendo, e que isso não será discutido hoje, apenas apontar que é uma possibilidade. Benedito encaminhou ao plenário que a Comissão Técnica dos Produtores de Água possa fazer referendo aos custos do procomitê se o comitê achar que essa comissão da conta, que é uma comissão com treze representantes. Essa comissão vai se reunir em outubro para referendar o projeto pronto, que vai ser negociado com as instituições financeiras e que estarão reunidos também com a prefeitura de Granja para estabelecer os futuros procedimentos e mesmo tendo uma eleição pela frente, mas a gente entende que existe algumas possibilidades que são evidentes lá pra gente poder inclusive tratar isso agora. Benedito indicou que o comitê possui duas cartilhas para avaliar se a Cogerh pode fazer isso pelo fundo de amparo ao comitê ou se a gente vai fazer isso pelo procomitê. Benedito disse que isso pode ser definido em outubro em reunião com a Comissão dos produtores de água ou com uma comissão para tratar só do Procomitê. Em novembro o Comitê fará uma assembleia com o plenário para aprovar a definição do Comitê já que tem um prazo de até trinta de novembro para passar isso para o restante do estado. Benedito perguntou a Márcia por que está previsto no programa ser utilizado recurso para a capacitação do Conselho. Márcia respondeu que isso é só uma possibilidade. Vocês tem que entender que quando eles fazem uma resolução dessas é para o Brasil todo, então a ideia é estimular que o conselho também é um colegiado de recursos hídricos. Márcia disse que num caso em que todos os comitês decidam fazer um Encontro Estadual de Comitês ou uma capacitação com um professor visitante, como o conselho é um órgão colegiado, então eles abriram também essa possibilidade dentro do regulamento que os conselhos também sejam capacitados. Mas não é obrigatório, é uma possibilidade. Kamyille apresentou as atividades que o Comitê tem para fazer em relação ao Procomitê, ainda desse ano. Até março de dois mil e vinte terão que comprovar que cumpriram as metas. As atividades competentes ao Cbh Coreaú em dois mil e vinte são: apresentação do plano de trabalho de dois mil e vinte, que foi o plano que aprovaram na primeira reunião deste ano, a mobilização das reuniões ordinárias e extraordinárias dentro do prazo regimental, atualização e manutenção do site do comitê, que está sendo

feito com as atas, atualização de membros, dados das notas técnicas dos açudes, realização de mobilização social a partir da realização de eventos de cunho ambiental, meta complementar proposto pelo CBH do Coreaú, que em virtude da pandemia ainda não foi realizada. Márcia lembrou que os Comitês colocaram nas suas metas uma meta opcional, então o Comitê pode colocar não as mobilizações mas os eventos em si. Kamyille disse que para fazer o Plano de capacitação e comunicação a gente teria que fazer um planejamento estratégico do Comitê de bacia. Capacitação de novos membros em dezesseis horas em temas relacionados a gestão dos recursos hídricos. Apresentou as atividades do CBH Coreaú a serem realizadas no ano de dois mil e vinte: realização de duas reuniões ordinárias no segundo semestre, plano de trabalho aprovado em dois mil e vinte e um, acompanhamento da operação dos açudes, encaminhamentos de demandas da alocação negociada (Comissão Gestora do Tucunduba, qualidade de água do açude Gangorra), atualização do site do procomitê, planejamento estratégico do Comitê de Bacia, aprovação do conteúdo da cartilha do CBH Coreaú, definir até novembro de dois mil e vinte como será gasto o recurso do procomitê, apresentar através de resolução, aprovada em plenário do Comitê. Kamyille deixou claro ao Comitê que quem vai fazer os projetos e orçamentos é o próprio comitê, que irá entregar as propostas para a cogerh e a SRH. Sobre a eleição de diretoria do comitê, Kamyille lembrou que pela portaria da SRH eleições só podem ocorrer dentro do Comitê presencialmente, não podem ocorrer em reuniões virtuais. Benedito agradeceu a Kamyille pelos esclarecimentos e disse que logo que isso fique definido será uma das primeiras medidas que o comitê vai ter que fazer. Benedito consultou ao plenário se havia alguma questão sobre esse ponto, e não obteve resposta. Bartolomeu falou sobre a apresentação da Márcia. Benedito disse que teve momentos anteriores, um recurso que foi destinado aos comitês e teve um problema muito sério em relação à prestação de contas. Bartolomeu perguntou a Márcia se já tem um cenário de como será feita essa prestação e contas. Márcia respondeu que não será feita diretamente com uma instituição dos comitês, mas se, por exemplo, se o comitê decidir que a Fundação CIS é que vai fazer um projeto que o comitê queira investir, pode. Mas ela explicou que tudo tem que obedecer a lei de licitação e o trabalho de vocês vai ser decidir em que querem gastar, dar as especificações técnicas daquilo que querem, e colher orçamentos. Dado isso vocês encaminham para a SRH que o financeiro vai fazer o trabalho da licitação. Bartolomeu lembrou que o processo de licitação normal leva no mínimo noventa dias, então ele questionou se isso não vai impactar no tempo de aplicação desse recurso. Márcia respondeu que a ANA não diz especificamente quem se deve gastar todo o recurso em um ano, mas eles querem que em dois mil e vinte um o comitê tenha gasto pelo menos quarenta a cinquenta por cento desse valor. Benedito esclareceu que a Fundação CIS nunca gerenciou recurso do governo do Estado relacionado com o Comitê ou com a Política de Recursos Hídricos. Marcos disse que o Comitê deveria discutir hoje o que poderia ser feito com esse recurso, o plano de comunicação ou o projeto produtor de água. Se for, trabalhar em cima desses dois projetos. Então em outubro faria uma reunião extraordinária ou ordinária que ainda tem mais duas ordinárias para serem feitas, e deixar tudo pronto. Colocaria para votação e encaminharia esse prazo até novembro. Marcos diz que vê esse prazo muito curto para apresentar tudo até novembro. Benedito disse que não concorda que isso fosse feito hoje,

porque algumas perguntas faltavam ser respondidas, e quis saber da gerência sobre isso. Kamyille ressaltou que quem delibera é a plenária e que pelo o que ela entendeu já existe a sugestão do Benedito para ser votada, de encaminhar para o projeto produtor de água apresentar uma proposta para ser aprovada na próxima reunião. Benedito confirmou que sim e disse que essa proposta secasa com a proposta do Marcos de antecipar as datas, porque poderia fazertudo isso em outubro ou na primeira semana de novembro. Kamyille respondeuque acha tranquilo fazer em outubro, contanto que a comissão do procomitêconsiga apresentar as propostas. Kamyille esclareceu que ainda não se tem um plano de comunicação, que ele ainda vai ser construído e acredita que poderá se iniciar a partir do início da discussão do planejamento estratégico. Kamyille disse que no momento o que está mais palpável é o projeto produtor de água. E completou que o comitê pode negociar as próximas etapas do recurso, porque são cinco anos de recurso. Se em algumdosanos vão validar que esse dinheiro seja gasto com algumas das ações do plano de comunicação. Benedito esclareceu para o plenário que se decidirem usar o recurso doprocomitê para pagar o projeto produtor de água ele vai pagar algumas metas,atividades que estarão no projeto. O projeto produtor de água é de três anos etem quase cinquenta atividades. Benedito perguntou ao plenário se poderiamaprovar esse encaminhamento: reunir a comissão produtor de água, elaborar oplano de comunicação, custos, e que metas do projeto produtor de água serãopossíveis ser apoiadas pelo comitê a partir de um orçamento. Não houve votoscontra o encaminhamento. Benedito passou a palavar para Roberto Chaves, que disse que um dos grandes problemas na área da APA da Serra da Ibiapaba alguém vai na ENEL, algum operador quer ligar sua energia, e a ENEL está infringindo uma autorização por parte de um órgão ambiental, ou a própria APA, ou a SEMACE. Todo mundo pedindo energia e não estão sendo atendidos. Em contato com a APA, conversaram com a SEMACE que exige que se pague uma taxa de duzentos e cinquenta reais referente à uma ~~visita~~ visita. Roberto esperou resposta de algum representante da SEMACE que estivesse presente na reunião. E disse ainda que essa solicitação está dentro do município de Granja dentro da área da APA da Ibiapaba. Benedito informou que o ICMBio não tem uma resolução interna para encaminhar isso. Estão dentro de uma APA Federal, então quando o órgão federal não faz ele passa para o órgão estadual, e o órgão estadual de licenciamento é a SEMACE. Quem está cobrando essa taxa não é a SEMA. A SEMA faz a expedição dessa autorização. Benedito explicou que o gestor faz uma visita, identifica qual a demanda, emite um parecer favorável àquela solicitação e o município da uma declaração de que a propriedade não tem problema, um conflito e então o estado da a autorização. Sobre a taxa de duzentos e cinquenta reais, Benedito disse que SEMACE cobra porque que entende que é um serviço prestado pelo Estado, não é um licenciamento mas há uma cobrança. Benedito informou que essa área onde foi apresentada as demandas está exatamente na área do produtor de água. Benedito propôs que o Comitê aprovar que o COEMA discuta isso no seu plenário e fazer com que essa taxa seja minimizada ouextinta. E o enquadramento seria agricultores rurais na forma da lei, e atendidos pelos governos tanto federal como estadual. Outro encaminhamento de Benedito é aprovar uma reunião para discutir isso com a APA da Ibiapaba, com as prefeituras de Granja, Viçosa, Barroquinha e Chaval, o COEMA e a SEMACE. Benedito passou a fala para algum membro da

área envolvida com o encaminhamento. Kamyille esclareceu que o representante da SEMACE, Cleverton, está com Covid-19 e está em casa se recuperando. Benedito reforçou os pontos para a aprovação do encaminhamento: exigência da ENEL para a ampliação da rede para colocar energia em qualquer uma das habitações inseridas na área da APA da Ibiapaba, unidade de conservação federal dirigida pelo ICMBio, é cobrada uma autorização, um pré-requisito. O ICMBio não faz isso porque eles não tem um aparato legal interno. Quem cobra a taxa é a SEMACE. O encaminhamento é fazer um documento do comitê expondo essas questões e negociando com o COEMA para que haja isenção ou redução dessa taxa para moradores inseridos nos municípios de Viçosa do Ceará, Granja, Barroquinha e Chaval. Esse documento será dirigido ao COEMA. Além disso, uma reunião com os órgãos envolvidos com essa questão. O encaminhamento foi colocado para votação. Por unanimidade foi aprovado o encaminhamento. Roberto Chaves informou que quando chega qualquer documento do Banco do Nordeste, dentro das APAs eles estão solicitando um parecer do município se aquilo é legal, que o município tem que aprovar. Roberto sugeriu que fossem convidadas as agências dos bancos. Benedito esclareceu que essa data com as instituições ainda não podem ter agora, porque vão fazer uma negociação e ressaltou que essa reunião para tratar do caso da ENEL será em Granja que concentra a maior demanda. Outro encaminhamento foi: solicitar a SRH e COGERH um estudo de causa e dos efeitos do processo de eutrofização que esteja se concretizando no açude Gangorra em função da presença de elementos estranhos de origem vegetal mas que tem possibilidade de ser vetores contaminantes, comprometendo a qualidade da água para todos os usos que tem no açude Gangorra. Benedito passou a palavra para algum membro de Granja. Roberto Chaves disse que Benedito do STR de Granja não estava presente e disse que o açude teve esse histórico de criação de pescado em gaiolas, noventa e seis gaiolas. Sofreu também baixa de água pela questão do verão e por cinco anos da nossa escassez de chuvas quase não sangrou. Não houve uma diminuição por parte das gaiolas. Roberto acha que pode ter havido um enriquecimento da água através das rações e isso deve ter afetado no crescimento das algas. Benedito informou que o encaminhamento já foi aprovado. Outro encaminhamento foi solicitar um representante do Comitê, convidar o IFCE/Sobral que lida com os impactos da questão da água, o SISAR, a CAGECE, a prefeitura de Granja, e a COGERH para fazer uma visita no Gangorra e cada instituição faria um relatório com suas considerações. Neuciano, IFCE/Acaraú, opinou que não adianta a bacia está com uma boa recarga de água se não se tem uma qualidade da água e sugeriu que a proposta se estenda para outros açudes. Encaminhamento aprovado. Roberto Chaves sugeriu que as outorgas de pesca em gaiola dos açudes que estão em crise fossem suspensas, que apenas a pesca convencional fosse autorizada. O encaminhamento de Roberto passou por votação nominal, com sete votos de abstenção e quatro votos favoráveis. Encaminhamento aprovado. Carlos Montiny sugeriu como encaminhamento que o Comitê de bacia oficialize ao Ministério Público contextualizando a situação e solicitando um Termo de Ajustamento de Conduta sobre o caso. Por aclamação, encaminhamento aprovado. No momento final, Benedito mencionou o caso que aconteceu no açude Paulo Sarasate em Varjota com a morte da jovem num jet ski. Ele expressou pesar pela família, e pela irresponsabilidade de se fazer lazer de

qualquer jeito Benedito expressou o repúdio do comitê a esse tipo de comportamento. Ele disse que infelizmente os órgãos de controle, DNOCS, não tem tido uma política de determinar as regras para o uso desse tipo de equipamento de laser. Benedito que os açudes são feitos de forma inundada e a partir do momento que é inundada, todos os elementos, árvores, pedras, morros ficam lá, e quando um equipamento desses está circulando no espelho de água do açude ele pode inclusive derrapar em cima de um toco, pedra, banhista, ou derrubar uma pessoa como ocorre com a jovem. Benedito informou que no Coreaú existe um cidadão que possui um jet ski e ele usa não no Coreaú, mas na Várzea da Volta, e no Angicos. Benedito Lourenço disse que ia encaminhar aos órgãos responsáveis uma nota do que o CBH do Coreaú considera disso. **Deliberações da reunião: 1.** Esclareceu também que Maria dos Remédios, e Hugo dos Remédios (Associação Comunitária Alto dos Ximenes) informaram que não possuem acesso à internet, não podendo participar das reuniões. Foi verificado o quórum da reunião de 73,3%. **2.** Benedito fez uma consulta ao plenário a respeito da aprovação da ata, que foi mandada para todos os membros de forma digital. Não houve manifestação contrária à aprovação e a ata foi aprovada por unanimidade. **3.** Adriana ressaltou que na próxima reunião estão convidados os representantes da Comissão Gestora do Tucunduba. Em seguida passou a falara Hiago que fez um breve comentário sobre a situação do Gangorra que não pôde participar da reunião mas na campanha de coleta e qualidade de água, em junho, deu hipertrófico, que é o vermelhinho, situação que fica mais complicada o tratamento. Hiago disse que após o encaminhamento ele entrou em contato com gerência de desenvolvimento operacional da Cogehr que já está informada mas acha interessante encaminhar de forma oficial para que seja feito um estudo mais detalhado. **4.** Benedito informou que o CBH Coreaú está fazendo nascer um projeto que trabalha a questão hidroambiental, que é o projeto produtores de água, em uma micro bacia do afluente do Coreaú. **5.** Benedito encaminhou ao plenário que a Comissão Técnica dos Produtores de Água possa fazer referendo aos custos do procomitê se o comitê achar que essa comissão da conta, que é uma comissão com treze representantes. Essa comissão vai se reunir em outubro para referendar o projeto pronto, que vai estar sendo negociado com as instituições financeiras e que estarão reunidos também com a prefeitura de Granja para estabelecer os futuros procedimentos se mesmo tendo uma eleição pela frente mas a gente entende que existe algumas possibilidades que são evidentes lá pra gente poder inclusive tratar isso agora. Benedito indicou que o comitê possui duas cartilhas para avaliar se a Cogehr pode fazer isso pelo fundo de amparo ao comitê ou se a gente vai fazer isso pelo procomitê. Benedito disse que isso pode ser definido em outubro em reunião com a Comissão dos produtores de água ou com uma comissão para tratar só do Procomitê. Em novembro o Comitê fará uma assembleia com o plenário para aprovar a definição do Comitê já que tem um prazo de até trinta de novembro para passar isso para o restante do estado. **6.** Benedito confirmou que sim e disse que essa proposta se casa com a proposta do Marcos de antecipar as datas, porque poderia fazer tudo isso em outubro ou na primeira semana de novembro. Kamyille respondeu que acha tranquilo fazerem outubro, contanto que a comissão do procomitê consiga apresentar as propostas. **7.** Benedito esclareceu para o plenário que se decidirem usar o recurso do procomitê para pagar o projeto produtor de água ele vai pagar

algumas metas, atividades que estarão no projeto. O projeto produtor de água é de três anos e tem quase cinquenta atividades. Benedito perguntou ao plenário se poderiam aprovar esse encaminhamento: reunir a comissão produtor de água, elaborar o plano de comunicação, custos, e que metas do projeto produtor de água serão possíveis ser apoiadas pelo comitê a partir de um orçamento. Não houveram votos contra o encaminhamento.**8.** Benedito propôs que o Comitê aprovar que o COEMA discuta isso no seu plenário e fazer com que essa taxa seja minimizada ou extinta. E o enquadramento seria agricultores rurais na forma da lei, e atendidos pelos governos tanto federal como estadual. Outro encaminhamento de Benedito é aprovar uma reunião para discutir isso com a APA da Ibiapaba, com as prefeituras de Granja, Viçosa, Barroquinha e Chaval, o COEMA e a SEMACE.**9.** Benedito reforçou os pontos para a aprovação do encaminhamento: exigência da ENEL para a ampliação da rede para colocar energia em qualquer uma das habitações inseridas na área da APA da Ibiapaba, unidade de conservação federal dirigida pelo ICMBio, é cobrada uma autorização, um pré-requisito.**10.** O encaminhamento é fazer um documento do comitê expondo essas questões negociando com o COEMA para que haja isenção ou redução dessa taxa para moradores inseridos nos municípios de Viçosa do Ceará, Granja, Barroquinha e Chaval. Esse documento será dirigido ao COEMA. Além disso, uma reunião com os órgãos envolvidos com essa questão. O encaminhamento foi colocado para votação. Por unanimidade foi aprovado o encaminhamento. Roberto Chaves informou que quando chega qualquer documento do Banco do Nordeste, dentro das APAs eles estão solicitando um parecer do município se aquilo é legal, que o município tem que aprovar. Roberto sugeriu que fossem convidados as agências dos bancos. Benedito esclareceu que essa data com as instituições ainda não podem ter agora, porque vão fazer um negociação e ressaltou que essa reunião para tratar do caso da ENEL será em Granja que concentra a maior demanda. Outro encaminhamento foi: solicitar a SRH e COGERH um estudo de causa e dos efeitos do processo de eutrofização que esteja se concretizando no açude Gangorra em função da presença de elementos estranhos de origem vegetal, mas que tem possibilidade de serem vetores contaminantes, comprometendo a qualidade da água para todos os usos que tem no açude Gangorra.**11.** Outro encaminhamento foi solicitar um representante do Comitê, convidar o IFCE/Sobral que lida com os impactos da questão da água, o SISAR, a CAGECE, a prefeitura de Granja, e a COGERH para fazer uma visita no Gangorra e cada instituição faria um relatório com suas considerações. Neuciano, IFCE/Acaraú, opinou que não adianta a bacia está com uma boa recarga de água se não se tem uma qualidade da água e sugeriu que a proposta se estenda para outros açudes. Encaminhamento aprovado. Roberto Chaves sugeriu que as outorgas de pesca em gaiola dos açudes que estão em crise fossem suspensas, que apenas a pesca convencional fosse autorizada. O encaminhamento de Roberto passou por votação nominal, com sete votos de abstenção e quatro votos favoráveis. Encaminhamento aprovado. Carlos Montiny sugeriu como encaminhamento que o Comitê de bacia oficialize ao Ministério Público contextualizando a situação e solicitando um Termo de Ajustamento de Conduta sobre o caso. Por aclamação, encaminhamento aprovado.**12.** Outro encaminhamento foi solicitar um representante do Comitê, convidar o IFCE/Sobral que lida com os impactos da questão da água, o

SISAR, a CAGECE, a prefeitura de Granja, e a COGERH para fazer uma visita no Gangorra e cada instituição faria um relatório com suas considerações. Neuciano, IFCE/Acaraú, opinou que não adianta a bacia está com uma boa recarga de água se não se tem uma qualidade da água e sugeriu que a proposta se estenda para outros açudes. Encaminhamento aprovado. Roberto Chaves sugeriu que as outorgas de pesca em gaiola dos açudes que estão em crise fossem suspensas, que apenas a pesca convencional fosse autorizada. O encaminhamento de Roberto passou por votação nominal, com sete votos de abstenção e quatro votos favoráveis. Encaminhamento aprovado. Carlos Montiny sugeriu como encaminhamento que o Comitê de bacia oficialize ao Ministério Público contextualizando a situação e solicitando um Termo de Ajustamento de Conduta sobre o caso. Por aclamação, encaminhamento aprovado. Eu, Adriana Kamylyle Prado Pereira Guarani redigi esta ata.